

Governo federal vai pagar parte do salário de até 434 mil trabalhadores

Governo vai pagar parte do salário de trabalhadores em cidades afetadas

Medida foi anunciada na quarta visita do presidente ao Estado desde a tragédia e expectativa é alcançar até 434 mil pessoas



Antes dos anúncios, Lula percorreu áreas devastadas de Arroio do Meio (foto) e Cruzeiro do Sul

ANDRÉ MALINOSKI
andre.malinowski@zerohora.com.br
Cruzeiro do Sul

Na quarta visita ao Rio Grande do Sul desde a enchente de maio, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou, no Vale do Taquari, um programa com o objetivo de preservar empregos no Estado. Em modelo semelhante ao adotado durante a pandemia, o governo federal vai pagar parte dos salários dos funcionários de empresas em regiões atingidas.

Conforme o anúncio, serão pagas duas parcelas de salário mínimo (R\$ 1.412 cada parcela). Segundo o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, serão contemplados os trabalhadores dos municípios que fazem parte da "mancha de inundação".

A expectativa é beneficiar cerca de 434 mil trabalhadores. Serão alcançados pelo programa empregados em regime CLT (326 mil), domésticos (42 mil), estagiários (36 mil), pescadores artesanais (27 mil) e catadores cooperados (3,5 mil).

A primeira parcela deve ser liberada no mês de julho. Como contrapartida, as empresas que aderirem deverão manter os empregos por mais dois meses, totalizando uma estabilidade de quatro meses.

O investimento será de cerca de R\$ 1,2 bilhão, e a medida deve ser implantada por meio de medida provisória.

Na quarta-feira, o governador Eduardo Leite havia pedido a Lula a criação de programa voltado a proteger empregos. A medida também era reivindicada por entidades empresariais – que, no entanto, também esperavam possibilidade de suspensão temporária de contratos e redução de jornada e salários.

As outras medidas provisórias anunciadas autorizam a inclusão de mais municípios na lista de habilitados para o recebimento do Auxílio Reconstrução e a ampliação do número de cidades que receberão parcela extra do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

A comitiva chegou por volta das 11h10min em Cruzeiro do Sul, uma das cidades mais atingidas pela enchente. No município, o presidente e os ministros visitaram o bairro Passo de Estrela, onde 650 moradias foram destruídas, conduzidos pelo prefeito João Henrique Dullius.

Lula cumprimentou algumas famílias e circulou em meio aos destroços. Na cidade de 11 mil habitantes, ainda há 5.702 desalojados, quase 2 mil moradores afetados e 17 mortes confirmadas. Outras sete estão desaparecidas.

Segurança

De lá, a comitiva presidencial seguiu para Arroio do Meio, onde também percorreu áreas afetadas e depois fez os anúncios no Esporte Clube Rui Barbosa, no bairro Rui Barbosa.

Em sua fala, Lula reiterou a importância de que a reconstrução das estruturas perdidas durante a enchente ocorra em locais protegidos contra cheias.

As demais ações

AMPLIAÇÃO DO AUXÍLIO RECONSTRUÇÃO

- Serão incluídos mais 76 municípios entre os habilitados para o recebimento do Auxílio Reconstrução de R\$ 5,1 mil.

- De acordo com o ministro do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, até o momento, foram aprovados 161 mil bônus. A previsão é que, nas próximas duas semanas, o benefício atinja 240 mil famílias.

- As regiões mais aglomeradas, mais densas, já foram alcançadas. Agora, a gente tem de refinar isso para chegar aos locais mais distantes – disse Góes.

AMPLIAÇÃO DA PARCELA EXTRA A PREFEITURAS

- A parcela extra do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) será destinada a mais 49 municípios que se encontram em calamidade. Serão liberados cerca de R\$ 124 milhões. Com isso, 96 municípios terão a parcela extra em suas receitas – no total, cerca de R\$ 313 milhões.

- A lição que a gente tira disso é que a gente vai ter de fazer as coisas com mais responsabilidade e com mais cuidado. Não temos o direito de fazer a casa das pessoas aonde a água vai chegar. E qualquer cidadão humano, de inteligência média, sabe que a várzea é o local de escoamento do excesso de água de um rio – disse Lula, acrescentando que, se necessário, o governo irá comprar terrenos para construir habitações.

- O presidente afirmou que o plano, que ainda tem que ser acertado com prefeitos e chefes estaduais, é fazer "casas mais seguras para as pessoas".

- Para que a gente tenha certeza que pode ter outro problema climático, de cair a Lua em nós, mas que a gente não vai ser mais vítima das enchentes do Rio Taquari, do não funcionamento das bombas, dos diques de Porto Alegre – pontuou.

- Segundo o presidente, os lugares que foram atingidos pelas águas poderão ser transformados em bosques e praças.

Estudo para levar água de rios ao mar

No discurso em Arroio do Meio, Lula também afirmou que o governo federal irá discutir projeto para levar o excesso das águas dos rios do Rio Grande do Sul para o mar sem atingir as cidades da Região Metropolitana.

O presidente reconheceu que a ideia pode ser contestada por ambientalistas e ser alvo de questionamentos devido ao custo, mas alegou que a despesa da reconstrução quando há uma tragédia como a de maio é maior:

- Vão me dizer que custa caro. Vão me dizer que os ambientalistas vão ser contra. Mas também, desde 1846, dom Pedro II queria construir a transposição do São Francisco. E nunca deixaram ele construir. Eu fui construir quase 150 anos depois. Agora, as pessoas falam que custa muito. A minha pergunta é quanto custou não construir no tempo que ele queria construir? Quantas mortes ele teria evitado por conta da seca?

Melo pede R\$ 12,3 bi

PAULO EGÍDIO
paulo.egidio@zerohora.com.br

Antes de embarcar para o Vale do Taquari, Lula recebeu, na base aérea de Canoas, um ofício do prefeito Sebastião Melo com pedido de aporte federal de R\$ 12,3 bilhões para a recuperação de Porto Alegre.

Do montante, R\$ 5,5 bilhões seriam para investimentos em habitação, que são de responsabilidade da União, e outros R\$ 6,8 bilhões para a reconstrução da infraestrutura danificada, melhoria no sistema de proteção contra enchentes e recomposição do que a Capital perderá com a queda na arrecadação de impostos.

O valor solicitado é maior do que o orçamento de um ano inteiro da prefeitura. Para 2024, a projeção de arrecadação da lei orçamentária era de R\$ 11,45 bi.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Pagina: 6